



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

de OLIVEIRA, Ueber José

O PT na institucionalidade: a adaptação ao mundo venceu o impulso por mudá-lo?

Argumentum, vol. 7, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 235-253

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547145018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARTIGO

O PT na institucionalidade: a adaptação ao mundo venceu o impulso por mudá-lo?

The Workers Party (PT) in institutions: Did it's adaptation to the world overcome the impulse to change itself?

Ueber José de OLIVEIRA¹

Resumo: O presente artigo tem como propósito refletir acerca de aspectos da trajetória do Partido dos Trabalhadores, considerando as transformações pelas quais a agremiação passou nas últimas décadas. Para tanto, considera-se fundamental inseri-lo no contexto da engenhosa e complexa institucionalidade democrática brasileira, pois firma-se a convicção de que essa estrutura configurou o partido, e a sua trajetória é reflexo dessa configuração. Também é propósito do presente texto dialogar com o conjunto da literatura sobre partidos e sistemas partidários, com vistas a construir um instrumental teórico que contribua para iluminar o Partido dos Trabalhadores enquanto fenômeno partidário. Nessa perspectiva, percorremos parte da referência bibliográfica acerca da questão partidária, e, em seguida, apontamos a combinação de perspectivas e conceitos que consideramos mais pertinentes para a análise do referido objeto.

Palavras-chave: Política. Partido político. Partido dos Trabalhadores.

Abstract: This article aims to reflect on aspects of workers of Party history, considering the transformations that the college spent the last decades. Therefore, it is fundamental to insert it into the ingenious and complex Brazilian democratic institutions, as firm up the belief that this structure has shaped the party, and its trajectory reflects this modeling. It is also purpose of this text dialogue with the whole literature on parties and party systems, in order to build a theoretical tool that contributes to illuminate the Workers' Party as party phenomenon. From this perspective, we have come part of the literature about partisan issue, and then pointed out the combination of perspectives and concepts that we consider most relevant for analysis of that object.

Keywords: Policy. Political party. Workers Party.

Submetido em: 28/6/2015. Aceito em: 8/10/2015.

¹ Historiador. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar, Brasil). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (Ufes, Brasil) e do Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais (Ufes/Ceunes, Brasil). E-mail: <ueberoliveira@yahoo.com>.

Introdução

Não existe uma ciência das instituições, no sentido epistemológico tradicional, capaz de anteciper com segurança absoluta o funcionamento e os efeitos, a médio e longo prazo, de um sistema eleitoral específico, de um sistema particular de governo, de uma estrutura – unitária ou federativa – de estado ou de organização – unicameral ou bicameral – do Poder Legislativo, sobre o sistema político em particular e sobre o conjunto da sociedade.

José Guasti Tavares

Este artigo tem como propósito refletir acerca da trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), considerando as transformações pelas quais a agremiação passou nas últimas décadas. Para isso, consideramos fundamental inseri-lo na engenhosa e complexa institucionalidade democrática brasileira, pois firma-se a convicção de que essa estrutura configurou o partido, e a sua trajetória é reflexo dessa configuração.

Evidencia-se que, ao propormos uma reflexão a respeito do Partido dos Trabalhadores, é preciso que pensemos no problema conceitual. Sem essa referência, a análise em questão pode assumir um caráter abstrato a ponto de perder qualquer fundamento. Isso porque o termo *partido político* engloba muitas definições, tratando-se de um tema estudado exaustivamente em todo o mundo, mas sobre o qual, mesmo havendo tanta dedicação, não há ainda o estatuto de indiscutibilidade. Até hoje, cientistas políticos, sociólogos e historiadores não se entendem quanto a defini-lo. Usando as palavras de Seiler (2000, p. 9), quanto às definições, “[...] tratar dos partidos políticos significa, para o pesquisa-

dor, encalhar numa praia onde ele será obrigado a tomar uma posição, a escolher o seu campo [...]”.

Muito embora a maioria dos conceitos elaborados ao longo do tempo a respeito dos partidos tenha sido criada a partir de tipologias formadas à luz dos sistemas norte-americano e europeu – fato que causa, em muitos momentos, certo desconforto para analisar partidos e sistemas partidários mais recentes, como o do Brasil –, serão utilizados elementos de maior flexibilidade para alcançar o objetivo do presente artigo: estabelecer um instrumental teórico que dê conta de iluminar o Partido dos Trabalhadores enquanto fenômeno partidário, na perspectiva de compreenderem-se as mudanças verificadas na sigla, em especial a partir da sua inserção institucional. Antes, porém, será feita uma rápida revisão bibliográfica acerca da questão partidária, para depois apontar-se a combinação de perspectivas e conceitos considerados mais pertinentes para a análise do presente objeto.

Partido político: da origem ao conceito moderno

Seiler (2000) salienta que, quer seja no vocabulário das ciências sociais, quer seja na linguagem corrente, o emprego da palavra *partido* revela um uso muito antigo. Etimologicamente², o termo *partido* deriva de uma acepção primeira do verbo *partir*, que, em francês antigo, significa *fazer partes, dividir*. Partido designará, primeiramente, um grupo armado, mais precisamente uma tropa irregular de militares

² Uma ampla análise etimológica do termo *partido* se encontra em SARTORI (1982).

agindo à margem do grosso das forças armadas ou em ruptura com elas; uma espécie de *corpo independente*, como, por exemplo, um partido de soldados veteranos (SEILER, 2000, p. 11).

O termo *partido* veio, posteriormente, a denominar as diferentes facções que dividiam as repúblicas antigas e, para Afonso Arinos de Melo Franco (1976), era usado para designar grupos sociais que se opunham a Atenas. Essa qualificação também era dada aos clãs que se agrupavam em torno de um *condottiere* na Itália da renascença. Assim também ocorria com os clubes, os comitês e Assembleias, que se digladiavam na França pré-revolucionária, aos quais também se dava o nome de partidos. Apesar de essas instituições apontarem como objetivo a participação política, não são sinônimos daquilo que, na contemporaneidade, se denomina *partidos* (DUVERGER, 1970).

Existe, entre os estudiosos do assunto, uma discórdia muito grande sobre a origem dos partidos políticos na acepção atual. Contudo, não é foco deste artigo uma imersão muito profunda nesse debate. Para este trabalho, o fenômeno partidário será aquele apontado por Duverger (1970) – para o qual os partidos, na forma atual, datam do século XIX e o seu desenvolvimento parece estar associado à democracia, isto é, à extensão do sufrágio universal e das prerrogativas parlamentares – e por Seiler (2000, p. 7), que é ainda mais taxativo quando afirma que “[...] o fenômeno partidário se mostra indissociável da democracia ocidental [...], constitui a condição *sine qua non* do funcionamento do regime representativo [...]”

Não será necessário resgatar os pioneiros no estudo a respeito da questão partidária, como Hume, Burke, Benjamin Constant, Bryce, dentre outros. A ideia é apontar alguns nomes que auxiliem a análise do objeto. Entre eles, o de um dos primeiros estudiosos a lançar o olhar sobre os partidos na acepção contemporânea, Robert Michels (1982), que escreveu seu livro pouco antes da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Esse autor estabeleceu uma verdadeira *lei de ferro* quando se trata do fenômeno partidário. Na sua interpretação, os partidos políticos, nascidos da instauração da democracia e concebidos como instrumentos privilegiados de seu desenvolvimento, transformam-se, inexoravelmente, até mesmo os mais democráticos, em organizações oligárquicas. Embora o autor seja enfático e decisivo em suas conclusões, essa não é uma posição unânime entre os estudiosos do tema, os quais observam que os partidos políticos guardam, minimamente, diferenças importantes em sua composição³. Não restam dúvidas, entretanto, que Seiler (2000) tem razão ao afirmar que a lei de “ferro da oligarquia” ainda pode ser aplicada a muitos partidos contemporâneos.

Outra tese que também marcou época, razão de ser referência para este artigo, foi, sem dúvida, a de Maurice Duverger (1970) sobre os *partidos de massa* em substituição aos *partidos de quadros*. Segundo Duverger, os típicos partidos do século XIX seriam de quadros. Ou seja, agremiações que surgem quase sempre dentro do

³ Essa reflexão de Michels será alvo de muitas críticas, sobretudo de Antônio Gramsci na obra **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

parlamento e que reúnem lideranças políticas para alcançar determinados objetivos imediatos e específicos. Diante das restrições do sufrágio, não há, ainda, a necessidade dos partidos se dirigirem à população em geral. Bons exemplos de partidos de quadro seriam o Liberal e o Conservador, vigentes no período imperial brasileiro (1822-1889).

Entretanto, por ocasião do surgimento de outras formas de organização da atividade social, no âmbito do movimento socialista na virada do século XIX para o XX, e da ampliação do sufrágio, surgiu aquilo que Duverger (1970) chama de *partido de massa*. Esse segundo tipo de partido é aquele que baseia sua força não só nas eleições, mas também no grande número de filiados. Diferentemente dos partidos de quadros, nos quais a unidade é garantida por uma convergência sempre instável das opiniões e atitudes, a coesão dos partidos de massa baseia-se num profundo trabalho de construção ideológica, que abrange os líderes e os militantes de base. Segundo essa interpretação, os partidos de massa teriam imposto, aos partidos burgueses, a necessidade de modificarem sua forma de organização sob pena de sofrerem fracassos eleitorais sistemáticos.

Revendo a tese de Duverger, Kirchheimer (*apud* DOMINGUES, 1998, p. 139) sugeriu que, embora correto no que diz respeito à importância do surgimento dos partidos de massa entre a esquerda europeia no final do século XIX, Duverger teria exagerado ao supor como inevitável essa forma de organização. Para Kirchheimer, os partidos burgueses não se transformaram em partidos de massa, mas apenas copiaram

certos aspectos desse tipo de organização, dirigindo sua atenção ao conjunto da população e não a bases sociais específicas. Os partidos burgueses mantiveram, portanto, uma ampla independência dos seus filiados.

Diante das transformações verificadas na organização dos partidos, A. Dows (1957), seguindo a concepção de democracia formulada por Schumpeter (1984), sugeriu que os partidos são essencialmente grupos de pessoas voltados para a conquista do poder por meio eleitoral. Com esse anseio, os partidos organizam-se e agem para maximizar a obtenção de votos nas eleições. Nessa perspectiva, a vitória decorre da capacidade que uma agremiação tem de formular programas, estabelecer compromissos e adequar seu discurso, de modo a atrair os eleitores no mercado eleitoral.

Essa concepção sugere que o partido, com o objetivo de conquistar a maioria, voltaria seu olhar para o eleitor médio. Isso levaria as agremiações partidárias concorrentes a amenizarem o discurso, a adotarem uma linha político-ideológica moderada, tornando-as pouco diferentes entre si. Esse modelo de partido foi denominado por Kirchheimer de *Catch-all*⁴, e, segundo ele, se tornaria uma tendência dominante, tanto nos EUA, quanto nos países europeus do pós-guerra.

⁴ Termo consagrado por Otto Kirschheimer para designar um partido que busca conquistar um maior número possível de votos, atraindo os eleitores situados nas mais diversas posições do espectro político, mediante um discurso genérico, que evita retórica de classe.

Essa similaridade entre as agremiações partidárias, em função da busca da maximização de votos, levou a um relativo declínio dos partidos e a uma baixa participação do eleitorado. Nesse contexto, de vácuo deixado pela ausência de agremiações partidárias fortes, surgiu a figura do candidato. Quando a opinião pública tende a neutralidade no que respeita aos partidos, é o candidato que polariza o debate (LEAL, 2005).

O Partido dos Trabalhadores: entre a reforma e a revolução

Quando o assunto é o Partido dos Trabalhadores, não se pode deixar de lado a ambiguidade verificada nas entranhas do próprio movimento esquerdista internacional desde os seus primórdios. Isso diz respeito às polêmicas em torno do debate sobre que caminho a esquerda no mundo deveria trilhar, o da *reforma* ou o da *revolução*. Essa análise é importante, porque o PT é parte integrante de tal debate como um partido que, embora se intitulando diferente dos tradicionais partidos de esquerda, sempre refletiu, no seu interior, essas controvérsias, conforme sugere Clovis Bueno de Azevedo (1995). Além disso, é um partido de esquerda que se vinculou, durante boa parte de sua existência, às massas.

Esse debate, reforma *versus* revolução, permitiu que as análises oscilassem entre duas visões polares: de um lado, uma interpretação determinista, que reduz a política a processos e estruturas socioeconômicas e, de outro, uma visão voluntarista, que supõe que o campo de escolhas é quase ilimitado (PRZEWORSKI, 1989).

O chamado socialismo utópico, defendido pelos primeiros socialistas (Fourier, Saint Simon, Robert Owen, etc.) “[...] tinha o objetivo de construir uma sociedade, dentro da sociedade, o falanstério [...]” (PRZEWORSKI, 1989, p. 19), uma sociedade alternativa. Esses pensadores elaboraram soluções que não chegaram a constituir doutrina e sim modelos idealizados, por isso chamados de utópicos.

Com o desenvolvimento das instituições políticas, da burocracia, das forças armadas, do parlamento popularmente eleito, depois da ampliação paulatina, mas constante, do sufrágio universal, não mais foi possível manter essa postura de distanciamento e independência da realidade. Colocava-se a questão da necessidade da conquista do poder político. Tanto é assim que, em Marx, já existe a sugestão de se formar um partido, quando afirma que toda luta de classes é uma luta política e a organização dos proletários em classe é, conseqüentemente, a sua organização em um partido (MARX; ENGELS, 1999).

De imediato, a grande questão se coloca: o partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes para alcançar o poder? O voto seria uma arma já pronta para a classe trabalhadora? Tão imediata quanto a indagação, foi a resposta dos anarquistas. Para eles, a ideia de participação eleitoral modificaria o socialismo, transformando-o “[...] de uma nova teoria da sociedade e de mundo em um reles programa, de um reles partido meramente parlamentarista [...]” (PRZEWORSKI, 1989, p. 20).

Os socialistas foram mais cautelosos na sua resposta: se comprometeram a não fazer alianças, mas usariam as eleições para fins propagandistas. Outros segmentos da esquerda defendiam a ideia de que qualquer partido que pretendesse mobilizar os trabalhadores deveria tirar proveito dessa oportunidade.

Essa polêmica esteve presente no decorrer de toda a história do movimento socialista, com alguns pontos altos. Um dos mais marcantes foi aquele travado entre, de um lado, Eduard Bernstein e Karl Kautzky, defensores do revisionismo, e, de outro, Rosa Luxemburgo, que advogava a ideia da manutenção do internacionalismo operário e a revolução como meio de alcançar o poder e fomentar transformações na sociedade.

Diante dessa controvérsia, a questão que se colocava era a seguinte, nas palavras de Adam Przeworski (1989)

[...] o envolvimento na política eleitoral pode resultar no socialismo ou deve reforçar a ordem social existente, isto é, a capitalista? [...] É possível o movimento socialista encontrar uma passagem entre os dois recifes descortinados por Rosa de Luxemburgo? (PRZEWORSKI, 1989, p. 26).

Apesar de toda a ambivalência, os socialistas ingressaram na política burguesa para ganhar eleições e buscar, dentro da institucionalidade vigente, as reformas que levassem ao socialismo. No geral, buscou-se fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia que, mesmo sendo limitada na ótica de muitos movimentos, era a mais viável aos trabalhadores para fazer

frente ao capital e ao poder que dele emanava.

Esse posicionamento político dará origem à social-democracia. Na visão dos revisionistas (Bernstein e Kautzky), a decadência do modo de produção capitalista tornava-se cada vez mais improvável, principalmente pela sua capacidade extraordinária de adaptação às adversidades. Decorre desse posicionamento que a ação política da social-democracia para a implantação do socialismo não se daria por meio de uma crise social e política, mas da extensão progressiva do controle social e aplicação paulatina da cooperação (LUXEMBURGO, 2001).

Eduard Bernstein via no socialismo simplesmente a “[...] democracia levada à sua conclusão lógica. A democracia para os social-democratas tornou-se simultaneamente o meio e o fim [...]” (PRZEWORSKI, 1989, p. 29). É importante frisar que aqueles que conduziram o movimento de esquerda para as disputas eleitorais acreditavam que as classes dominantes poderiam ser vencidas dentro do seu próprio jogo. Existia, inclusive, um otimismo, por parte de muitos teóricos, acerca de vitórias em eleições, pois o proletariado era maioria numérica, aos poucos se libertava das restrições eleitorais, mas ainda estava submetido à hegemonia burguesa e isso impossibilitava a sua vitória nas urnas. Surgia, então, a necessidade de formar alianças, de acordo com o entendimento de que, nas palavras de Przeworski, (1989, p. 39), “[...] a combinação da condição de minoria com o governo da maioria constitui a condição histórica sob a qual devem agir os partidos socialistas [...]”

Essa condição objetiva impôs aos partidos socialistas de um modo geral, inclusive ao PT (que se intitulava como tal), uma escolha: ter um partido homogêneo no que diz respeito à questão classista, mas condenado à perpétua derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo êxito nas eleições à custa da diluição de seu caráter de classe. Sobre essa questão conceitual, afirma o supracitado cientista político: “[...] A decisão de participar de eleições alterou, desse modo, a própria lógica do problema da transformação revolucionária [...]” (PRZEWORSKI, 1989, p. 47).

Os partidos socialistas, a partir de então, passaram a buscar apoio fora da classe operária, na perspectiva de aglutinar votos nas eleições e, desde então, oscilam entre buscar aliados para a obtenção de vitórias e a tentativa de manter, minimamente, as suas bases no movimento operário. A análise feita por Robert Michels acerca do Partido Trabalhista inglês é exemplar: “[...] seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a todos os produtores e a toda a população que trabalha, sendo seus termos aplicáveis a todas as classes e camadas da sociedade [...]” (MICHELS *apud* PRZEWORSKI, 1989, p. 40).

Não se pode concluir, com essa análise, que tal fenômeno ocorre e ocorrerá inevitavelmente com todos os partidos socialistas. Não se trata, portanto, de um determinismo pretensioso. Mas se tornaram lugares comuns, na maioria da bibliografia, análises acerca dos deslocamentos em direção ao centro de partidos dessa natureza, mediante de suas inserções institucionais.

A institucionalidade democrática brasileira e o PT

Se a organização partidária é um dos principais requisitos para o desenvolvimento de um regime representativo, fato que torna o estudo dos partidos muito difuso, no caso brasileiro, entretanto, é possível identificar um mal-estar em relação aos partidos políticos (LAMOUNIER, 1989). Avoluma-se a cada dia, no Brasil, um sentimento negativo com relação aos políticos, ao Congresso e, por consequência direta, aos partidos, sentimento que se estampa diariamente na imprensa escrita e nos meios de comunicação de massa. Muito desse desprestígio se deve, em parte, a comportamentos individuais pouco virtuosos de alguns parlamentares. Mas entendemos, a princípio, que não é esse o único problema.

Rodrigo Patto Sá Motta (1999) vai além dessa afirmação e sugere que essa frustração com os partidos tem uma raiz objetiva e outra subjetiva, ou cultural: de um lado, a evidência incontornável de uma excessiva intermitência e fragilidade nos sistemas partidários que se sucederam na história; de outro, o desencontro quase sempre amargo, às vezes chocante, entre as expectativas que se formam e o desempenho efetivo desses sistemas, ou das principais organizações que os integram.

Consideramos que Motta (1999) está correto na sua afirmação. As razões do subdesenvolvimento partidário no Brasil devem ser buscadas, em primeiro lugar, nas frequentes rupturas da ordem constitucional e na vigência de longos períodos de autoritarismo. Tanto é assim que, na histó-

ria do Brasil independente, observam-se nada menos que seis configurações partidárias, praticamente sem elementos de continuidade na passagem de uma para outra (MOTA, 1999; CHACON, 1981).

O atual quadro de partidos estruturou-se no âmbito da reforma partidária de 1979. Ele se inseriu num contexto denominado por Samuel Huntington (1994) como sendo de terceira onda. O autor aponta que a primeira onda de democratização mundial ocorreu entre os anos de 1920-1926 e a segunda nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até o ano de 1974, momento da queda do regime de Salazar em Portugal com a Revolução dos Cravos⁵. Em seguida, a democracia sofreu um retrocesso com o crescimento do comunismo e a queda das frágeis democracias na América Latina. Após 1974, por fim, surgiu a terceira onda: nas duas décadas finais do século XX, ocorreu simultaneamente o surgimento de dezenas de democracias, com a queda do bloco soviético e com o declínio dos regimes militares na América Latina.

O sistema partidário brasileiro enquadra-se, como apontou Huntington (1994), nu-

ma democracia de terceira onda, e é marcado pela fragilidade e por uma baixa institucionalidade⁶. Outro aspecto importante do sistema brasileiro de partidos é um problema verificado nas democracias de terceira onda em geral: a questão da intervenção do Estado e das elites no processo de constituição dos sistemas partidários (SARTORI, 1982; MAINWARING, 2001). Cinco dos seis sistemas verificados no Brasil foram forçados pelo Estado, sendo a única exceção o atual sistema de partidos (MAINWARING, 2001). Os sistemas de Terceira Onda são particularmente sujeitos à ação modeladora das elites, uma vez que não possuem uma longa e contínua trajetória democrática, abrindo espaço, nos períodos autoritários, para que determinados líderes possam extinguir antigos sistemas de partidos e criar outros. São menos institucionalizados e, por isso, mais susceptíveis à ação dos líderes políticos. Mainwaring (2001, p. 70) salienta que “[...] se um sistema de partidos está profundamente enraizado na sociedade, os líderes encontram mais dificuldades para modificá-lo substancialmente [...]”. No caso das democracias de terceira onda, é

⁵ Trata-se do golpe de estado ocorrido no dia 25 de Abril de 1974 que derrubou, num só dia, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926, sem grande resistência das forças leais ao governo, que cederam perante a revolta das Forças Armadas. Esse levantamento é conhecido por Dia D, 25 de Abril ou Revolução dos Cravos. O levantamento foi conduzido pelos oficiais intermédios da hierarquia militar, na sua maior parte capitães que tinham participado da Guerra Colonial. Considera-se, em termos gerais, que essa revolução trouxe a liberdade ao povo português (denominando-se "Dia da Liberdade" o feriado instituído em Portugal para comemorar a revolução).

⁶ Segundo Scott Mainwaring (2001), existem quatro dimensões de institucionalização dos sistemas partidários: a primeira consiste em que os sistemas mais institucionalizados são estáveis e seus padrões de competição interpartidária têm regularidade; a segunda em que, nos sistemas mais institucionalizados, os partidos têm fortes raízes na sociedade. Os vínculos entre os partidos e os cidadãos são estáveis; a terceira dimensão de um sistema institucionalizado consiste em que os atores políticos conferem legitimidade aos partidos; por fim, em um sistema bem institucionalizado, as organizações partidárias fazem diferença. Os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos, adquirem independência e importância por virtude própria.

comum terem passado por vários processos de rupturas democráticas que levam necessariamente a fases de transição, momentos especialmente favoráveis à transformação pelo alto dos sistemas partidários.

Os partidos brasileiros sempre foram marcados por um altíssimo grau de permeabilidade, elitismo e personalismo, e o PT, pelo menos inicialmente, rompeu com essa tendência, pois se constituiu com uma base formada pelos excluídos do jogo político. Segundo estudo de Meneguello (1989), o partido surgiu como o único, na história brasileira, enquadrado naquilo que Duverger (1970) denominou de partidos de massas.

Diante das peculiaridades verificadas na formação social do Partido dos Trabalhadores, bem como na sua maneira de conceber o poder e a tomada do mesmo, não podemos deixar de mencionar referenciais teóricos elaborados pelo pensador italiano Antônio Gramsci acerca do partido político, bem como do papel que ele deve exercer na sociedade.

A menção a Gramsci deve-se ao fato de que o PT, pelo menos durante os seus dez primeiros anos de existência, recusava veementemente o socialismo real aos moldes soviéticos. Também não se colocava como social-democrata, além de fazer duras críticas ao modelo de democracia verificado no Brasil. Sendo assim, o PT empenhava-se em formular o que os membros do partido chamavam de *socialismo-democrático*, conceito muito recorrente nos seus documentos oficiais, colocado sempre de maneira obscura e vaga. A esse

respeito, pode-se citar a seguinte colocação do partido nas suas resoluções do Primeiro Encontro Nacional, realizado em 1981:

[...] Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate a porta? Estamos obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? [...] Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra [...]. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 114).

Além disso, nos textos oficiais, nas resoluções dos Encontros e Congressos, se utilizam muitas categorias teóricas que recorrem às ideias gramscianas. Uma delas é a importância que o PT, assim como Gramsci, atribuía aos organismos de base para a construção de uma sociedade socialista (COUTINHO, 1989). É constante nos documentos oficiais do partido a referência aos chamados núcleos de base que, apesar de aparentemente não terem emplacado como desejado, eram muito valorizados e mencionados pelo partido.

A referência a Antônio Gramsci ocorre, acima de tudo, porque o pensador sardo buscou, na esfera política, ou seja, na relação entre governantes e governados, entre aqueles que dirigem e os que são dirigidos, a gênese da sua ampla elaboração teórica. Todo o pensamento de Gramsci

está voltado a responder questões/problemas da sua própria prática política. Ademais, nessa ampla construção intelectual, elemento chave é a sua visão ampliada de partido político.

No texto *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, Gramsci (1984), ao mesmo tempo em que mantém uma interlocução com Maquiavel, diverge do mesmo, apontando que o seu *moderno príncipe* não pode ser um indivíduo, mas o partido político:

[...] o *moderno príncipe* não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto [sic] só pode ser um organismo [...], um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação [...]. Este organismo já é determinado pelo reconhecimento histórico: o partido político – a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva tendem a se tornar universais e totais [sic]. (GRAMSCI, 1984, p. 6).

Para Gramsci, todas as classes subalternas desenvolvem ações políticas, que são espontâneas. Essas ações são carentes, portanto, de consciência. Na visão gramsciana, cabe ao *partido político* fornecer a direção consciente, conceder pressupostos político-intelectuais que superem essa espontaneidade corporativa e heterogênea dos movimentos classistas e os convertam em algo “[...] homogêneo, universalizante, que seja capaz de uma ação eficaz e duradoura [...]” (COUTINHO, 1989, p. 105).

Para Gramsci, portanto, o partido é o centro da rede social, organismo de mediação e síntese, de hegemonia, de dominação e

que luta para formar a vontade coletiva. A esse respeito, Gruppi (1980) esclarece:

[...] as classes subalternas têm uma filosofia real, que é a sua ação, do seu comportamento. E elas têm também uma filosofia declarada, que vive na consciência, a qual está em contradição com a filosofia real. É preciso juntar esses dois elementos através de um processo de educação crítica, pelo qual a filosofia real de cada um, sua política, se torne também a filosofia consciente. (GRUPPI, 1980, p. 83).

Por meio da união entre consciência e ação, que são estritamente ligadas, é que se conquista a hegemonia, mesmo antes de se conquistar o poder. Segundo Gramsci (1984), aliás, a conquista da hegemonia é fundamental para se formar o que ele chama de um novo *bloco histórico* a fim de, depois, conquistar-se o poder, ultrapassando a ordem anterior. Portanto, o partido tem uma função pedagógica, “[...] pois é o grande reformador intelectual e moral, o que supera uma velha concepção e constrói outra nova [...]” (GRUPPI, 1980, p. 80).

A partir da ideia de *hegemonia* e *contra-hegemonia* em Gramsci, é importante que se chame a atenção para outro conceito ao qual o autor também faz muitas referências: a questão da *ideologia*, que alcançou outro patamar, uma vez que Gramsci amplia o conceito, dando a ele um sentido positivo, como Lênin o fez. O conceito de ideologia em Gramsci ultrapassa sua localização na superestrutura, ao lado do Estado, e avança sobre a infraestrutura. Dessa forma, a ideologia, como própria supe-

reestrutura, não é um mero reflexo da infraestrutura econômica.

Essa menção acerca da ideologia é importante, porque nos documentos do PT é comum a apresentação de suas propostas políticas como as mais vantajosas, em detrimento de tudo aquilo que existia na política brasileira, ou seja, o partido coloca-se como aquele verdadeiramente democrático e defensor da ética e da moral política. As demais agremiações existentes no Brasil são colocadas como imorais e demagógicas. Essa demonstração de vantagens de uma proposta sobre outra marca o caráter ideológico de seu discurso, no nível mais simples.

A partir do conceito de ideologia, dois outros conceitos citados acima são importantíssimos na teoria gramsciana: *bloco histórico* e *hegemonia*. Ambos os conceitos são complementares. O bloco histórico é representado pelo conjunto de forças que dominam o poder no Estado num determinado momento histórico. Seu caráter de historicidade aponta a possibilidade da sua não perpetuação, daí a necessidade de o bloco histórico procurar constantemente os meios adequados para a manutenção do poder. Para o funcionamento do bloco histórico, a hegemonia é um elemento estratégico, pois é o que garante a permanência do *status* de classe dominante diante do grupo dominado.

Essa reflexão leva a aludir à maneira ampliada pela qual Gramsci concebe o Estado, que, segundo ele, é *locus* de duas esferas distintas, mas que não se descolam, formadoras de um par dialético composto pela *sociedade civil*, por onde perpassam as

relações de hegemonia, e pela *sociedade política*, de onde emanam as práticas coercitivas. Na primeira, situam-se as organizações sociais, tais como: partidos, sindicatos, igrejas, escolas, meios de comunicação, etc. Já a sociedade política, abarca o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, dentre outros.

Nesse Estado ampliado, não há espaço para a revolução. O desenvolvimento do capitalismo foi responsável por pluralizar a sociedade, gerando uma complexidade na estrutura social que, por sua vez, buscou maior representação através das organizações sociais:

[...] A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e 'privadas' (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal, destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo estado e pelos particulares para tutelar o domínio público e econômico das classes dirigentes [...]. (GRAMSCI, 1984, p. 65).

Nesse sentido, Gramsci lança mão daquilo que ele chama de *guerra de posição*, que seria o processo de luta pelo estabelecimento da hegemonia, no qual um determinado grupo deve se tornar dirigente, conquistando espaços políticos, tomando a direção político-ideológica, antes de conquistar o poder governamental, o que "[...] constitui a etapa fundamental em sociedades onde o Estado se ampliou, des-

locando a luta de classes para o âmbito da sociedade civil [...]" (MARQUES, 2005, p. 119).

Gramsci compreende, portanto, essas duas esferas da sociedade dentro de uma nova realidade da luta de classes. Aponta para a concepção tática e estratégica do que poderíamos conceber como confronto, que se estabeleceria no nível da correlação de forças entre as classes dominante e dominada, principalmente quanto aos partidos que as representassem. Assim, a fortaleza da hegemonia burguesa seria atacada, paulatina e constantemente, por meio de longa batalha na esfera da sociedade civil, com o objetivo de conquistar posições e espaços e ir solidificando uma direção político-ideológica que estabelecesse um consenso entre setores majoritários da população como condição para o acesso ao poder do Estado (COUTINHO, 1989).

A atuação do Partido dos Trabalhadores nos seus aproximadamente dez primeiros anos de existência esteve voltada para aquilo que os petistas chamavam de *acúmulo de forças*, ou seja, utilizar de todos os meios disponíveis, inclusive as eleições, para conscientizar a classe trabalhadora da sua condição subalterna, para se construir uma nova forma de sociabilidade. Exemplo disso é este fragmento de texto das Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, que diz: "[...] Era preciso preparar o campo e construir uma outra hegemonia [...]" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 482-483).

Todavia, a partir dos anos 1990, observa-se que, nas resoluções dos seus Encontros

e Congressos, se fortalece no PT a concepção de que, para transformar a sociedade, era necessário legitimar e institucionalizar a democracia brasileira. Isso fica claro na análise de alguns pontos das resoluções do 1º Congresso do partido, realizado entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991:

[...] Desde a sua origem, o PT vem buscando construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado socialismo real quanto à social-democracia. [...] nosso partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT nem de ninguém. [...] Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. [...] Afinal, democracia para nós é simultaneamente meio e fim. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores [...]. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 489-490).

Observa-se, claramente, o abandono sistemático da ideologia de classe trabalhadora em favor do atendimento dos interesses nacionais. Nota-se também que o Estado deixou de ser visto como um instrumento de dominação social, passando a ser concebido como alavanca para a transformação social.

Em parte, essa mudança se configurou por ocasião da queda do bloco soviético e da

consequente crise que se abateu sobre a esquerda mundial a partir de então. Mas Maria Dalva Kinzo (1993) e Mainwaring (2001) salientam que a questão da estrutura institucional é um condicionante fundamental à formação e desenvolvimento dos partidos políticos, e que, no caso do Brasil, tem sido um elemento que contribui sobremaneira para a volatilidade das organizações partidárias.

Segundo Silva (2004, p. 38), “[...] instituições, no sentido mais amplo, têm sido entendidas como procedimentos formais e informais, normas, rotinas, e convenções inseridas na estrutura organizacional da política ou da economia política [...]”. Nesse sentido, o sistema político não poderia deixar de ser influenciado pelo desenho institucional e pelo contexto socioeconômico do qual é parte integrante.

A hipótese de que as bases de poder podem ser transformadas pelas mudanças verificadas nas instituições encontra-se presente no arcabouço analítico neoinstitucionalista. Entretanto, sabemos que o novo institucionalismo não compreende um corpo de pensamento hermeticamente fechado. Sob este rótulo, encontram-se diversas formas de se conceber a origem, desenvolvimento e funcionamento das instituições políticas e sociais. Para o presente trabalho, basta o argumento mais geral do neoinstitucionalismo, o qual afirma que, resguardadas certas condições, o comportamento dos atores políticos é adaptável às mudanças e às disposições das regras e normas de determinado contexto. Essa síntese tem sido muito aceita nos meios acadêmicos (Silva, 2004). Nas palavras de Putnam (2000, p. 33),

[...] a organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade [...]. (PUTNAM, 2000, p. 33).

Ainda na visão de Silva (2004), a análise institucional nos permite examinar as relações entre os atores políticos tanto como objetos quanto como sujeitos da história. As instituições que estão no centro das análises institucionais – desde os sistemas partidários aos interesses econômicos (estrutura) – podem configurar e restringir as estratégias políticas de modo importante. Mas elas próprias são também resultados – intencionais ou não – de cálculos deliberados, conflitos e escolhas políticas. Ao centrar-se nas características intermediárias da vida política, o novo institucionalismo vincula os homens – construtores da história – às circunstâncias sob as quais eles são capazes de agir.

O raciocínio acima nos ajuda a lançar luz sobre o nosso objeto da seguinte forma:

apesar de o PT representar um paradoxo no que tange a partido político no Brasil, tanto no aspecto ideológico, quanto no que diz respeito à sua composição social, ele não deixa de estar inserido, como apontou Kinzo (1993), na estrutura institucional que interfere em seu formato. Certamente, um dos fenômenos mais sintomáticos do sistema político-eleitoral brasileiro é a sobrevalorização do candidato, em detrimento do partido político. Segundo Leal (2005), essa questão, que já levou alguns autores a aventar a possibilidade de morte das estruturas partidárias, deixou de ser um fenômeno exclusivo do sistema eleitoral norte-americano para se transformar em manifestação de alcance praticamente global. No Brasil, os últimos anos forneceram numerosas demonstrações da centralidade dessa discussão, vide a eleição de Collor e todos os desdobramentos de sua vitória.

Segundo sugere ainda Mainwaring (2001, p. 36), quando analisa os sistemas democráticos de terceira onda, “[...] as instituições criam incentivos para o comportamento dos atores [...]” Ou seja, as instituições estruturam as regras do jogo e criam parâmetros dentro dos quais os atores fixam seus comportamentos.

Não é intenção deste estudo fazer uma análise detalhada do arcabouço institucional brasileiro nem tampouco das mudanças que sofreu ao longo do tempo. Deseja-se apenas chamar a atenção para certos mecanismos que afetam diretamente a dinâmica político-partidária. Isso porque o desempenho eleitoral dos partidos e a modalidade de sua atuação, bem como o seu perfil, dependem em grande medida

das regulamentações atinentes ao processo eleitoral (KINZO, 1993). O primeiro aspecto a ser abordado é a questão da ênfase dada à pessoa do candidato em detrimento das agremiações políticas.

Essa anomalia foi evidenciada em 1989, quando a crispação se dava em torno de dois nomes: Collor e Lula, respectivamente do PRN e do PT, ao passo que os dois grandes partidos eram PMDB e PFL. Aquela eleição explicitou, além de tudo, a importância do marketing político numa disputa eleitoral majoritária (CARREIRÃO, 2002).

Vários elementos contribuem para a personalização do voto no Brasil, principal característica do que Leal (2005) chamou de *nova ambiência eleitoral*. Um deles é o que o cientista político Sérgio Abranches (1988) cunhou de *presidencialismo de coalizão* ao se referir ao sistema republicano brasileiro recente. Nele, o Presidente tem grande peso de decisão, porém não conta com um partido amplamente majoritário no Congresso e precisa de uma coalizão de forças partidárias para obter sustentação parlamentar. Isso acaba tornando o Parlamento muito ligado à figura do Presidente.

Além disso, como se sabe, a eleição presidencial realiza-se atualmente pelo sistema de dois turnos, que tem como fundamento assegurar maioria absoluta ao vencedor. Esse mesmo sistema é aplicado aos Estados e aos municípios com mais de 200 mil eleitores. Como em geral ocorre em eleições majoritárias, esse preceito leva a uma forte individualização e personalização da disputa política. A maioria do apoio dado

a um dos candidatos, sobretudo no segundo turno, quando são somente dois os concorrentes, leva a um desequilíbrio de forças entre os poderes legislativo e executivo, contribuindo para que, mais uma vez, este acabe por prevalecer sobre aquele.

Por outro lado, a inexistência de legislação estável para a formação de alianças é outro aspecto que contribui sobremaneira para a fragilidade do sistema partidário brasileiro. É comum, no Brasil, duas agremiações partidárias, diametralmente opostas em nível nacional, se unirem no estado ou no município, como foi o caso da aliança firmada entre PT e PFL no município de Fundão, ou a coalizão PSDB-PT no município de Viana, ambas em 2004, nas eleições para prefeito. Essa situação confunde o eleitor, que passa a perceber os partidos como idênticos, desprovidos de programas e ideologias, e acaba direcionando os olhares para a figura do candidato. Isso é reflexo da busca de votos para além do seu eleitorado base.

Outro problema é o voto proporcional de lista aberta. Por um lado, esse modelo estimula, por excelência, as alianças, pois dificilmente um partido recebe a maioria das cadeiras (NICOLAU, 2004). Por outro, o sistema propicia uma disputa entre elementos do mesmo partido ou coligação, pois somente os primeiros da lista são eleitos, fato que leva os candidatos, nas campanhas, a darem destaque às suas realizações individuais, negligenciando o partido.

Pode-se apresentar ainda outro fator que contribui para a fragilidade do sistema

brasileiro: a infidelidade partidária. O troca-troca de partidos demonstra um alto grau de pragmatismo da nossa classe política, que passa a ser vista sem identidade e/ou projeto. Além disso, é quase regra, no Brasil, os políticos se abrigarem no partido que está no poder, fortalecendo ainda mais a imagem dos chefes do Executivo. Esse problema tornou-se tão grave no Brasil, que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a aprovar, no dia 27 de março de 2007, por seis votos a um, a medida segundo a qual o mandato pertence ao partido ou à coligação e não ao candidato eleito⁷.

Nesse sentido, entendemos que, para se compreender o PT e as transformações pelas quais a agremiação passou nas últimas décadas, é fundamental inseri-lo dentro dessa engenhosa e complexa estrutura partidária, com suas teias de alianças, com seus arranjos, com seus vícios, seu clientelismo, pois firma-se a convicção de que essa estrutura configurou o partido, e a sua trajetória é reflexo dessa configuração. Essa análise é fundamental, pois um dos grandes problemas enfrentados pelos partidos de massa é a sua inserção institucional e a sua transformação em partido do tipo *catch-all*, conforme indicado nas linhas anteriores.

⁷ O entendimento do TSE foi em resposta à consulta feita pelo PFL em decorrência da grande migração de parlamentares para a base aliada do governo Lula. O questionamento dos peefelistas era o seguinte: "os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?".

Pierre Bourdieu como possibilidade analítica

Nesse caso, na análise da mudança sofrida pelo Partido dos Trabalhadores, a obra de Pierre Bourdieu pode ser uma excelente referência pelo fato de abarcar, numa só reflexão, muitos dos aspectos expostos acima. Segundo Pierre Bourdieu (1989),

[...] A fronteira entre o que é politicamente dizível e indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta [sic] e, por este modo, política, lhe assegura. Uma intenção [...] encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo do xadrez não existisse, eu não poderia ter a intenção de jogar o xadrez [...]. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político, e mais precisamente, no universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. (BOURDIEU, 1989, p. 165).

O Partido dos Trabalhadores surgiu no bojo das manifestações que objetivavam redemocratizar o Brasil após os *anos de chumbo*⁸, uma das fases mais obscuras da história do Brasil. Surgiu a partir dos setores menos favorecidos da sociedade brasileira, pelo movimento sindical, pelas comunidades eclesiais de base, por setores progressistas da Igreja, por ex-militantes da luta armada, intelectuais, dentre outros. Esses segmentos viam no PT o meio de alcançar o poder e a possibilidade de implementar mudanças qualitativas na

sociedade brasileira, além de buscar a ampliação dos direitos democráticos, num período de grave deterioração da economia e grande perda da credibilidade e governabilidade, no final dos anos 70 e início dos 80.

Após a ampliação de sua experiência administrativa, surgiram diversos estudos que enfocavam os dilemas e mudanças internas do PT como consequência de uma inserção institucional. A respeito das mudanças verificadas em um partido a partir de sua inserção institucional, Pierre Bourdieu (1989) é ainda mais taxativo:

Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou cultural, o *habitus* do político supõe uma preparação especial [...], como o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre os profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido. (BOURDIEU, 1989, p. 170)

Fica patente, segundo o texto de Bourdieu (1989), a necessidade, por parte do partido ou de qualquer agente político, de se enquadrar no jogo político. Para o autor, o campo político é caracterizado por um constante conflito, que opõe profissionais

⁸ Expressão utilizada para designar os anos em que o Brasil permaneceu submetido à Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985.

numa luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social (BOURDIEU, 1989). É, na verdade, uma “[...] luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado) [...]” (BOURDIEU, 1989, 175). Nas democracias modernas, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (os seus votos, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos.

Ainda segundo Pierre Bourdieu (1989), os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem essa forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir (BOURDIEU, 1989).

Pierre Bourdieu (1989) chama a atenção para o fato de que os partidos devem trilhar dois caminhos a fim de garantirem uma mobilização duradoura: por um lado, elaborar e impor uma representação de mundo, um discurso capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro, ocupar postos-chaves da máquina pública, capazes de assegurar um poder sobre seus tributários. Por isso, diz Bourdieu (1989), a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder.

Considerações finais

Por fim, importante observar que, quando examinamos as resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, observa-se uma adequação da sua fala oficial à lógica do jogo político vigente no Brasil desde a abertura política empreendida no início da década de 1980.

Nesse sentido, paradigmática é a Resolução do 1º Congresso, realizado em 1991, quando foram feitas as primeiras reflexões sobre a conjuntura internacional e sobre a crise do socialismo real como ponto de partida para a formulação de uma política estratégica. O documento produzido pelo Congresso representou o grande marco de mudança ideológica e teórica do partido.

Por ocasião do I Congresso, foram retirados de seu programa termos como *revolução*, *socialismo*, e assuntos como o boicote à dívida externa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998). Por outro lado, entraram em pauta questões acerca da política de alianças com partidos posicionados mais ao centro do espectro político, que mais tarde provocaram, inclusive, diversos rachas no partido. O presente trabalho nos permite concluir que a principal causa de tal movimento do PT rumo ao centro do espectro político foi a pressão que a institucionalidade democrática vigente exerceu sobre o Partido, impondo-lhe determinadas características sem as quais dificilmente obteria bons resultados nas urnas. Importante ressaltar que essa inserção institucional e, em seguida, a importante transformação verificada na agremiação tornaram o PT muito semelhante aos demais. Nesse caso, efetivamente, a adap-

tação ao mundo venceu o impulso para mudá-lo!

Referências

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

AZEVEDO, Cloves Bueno de. **A estrela partida ao meio**: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília (DF): UNB, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DOMINGUES, Mauro Petersen. O declínio dos partidos políticos. Uma visão da literatura recente. **Mosaico Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 157-158, 1998.

DOWS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PB, 1980.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização do final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

KINZO, Maria D'Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias**: o Brasil no limiar os nos 90. São Paulo: Loyola, 1989.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **PT e o dilema da representação política**: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAINWERING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002.** 230f. 2005. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **O manifesto comunista.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação de um partido (1979-1982).** São Paulo: Paz & Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos.** Brasília (DF): UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, Cleber de Deus Pereira. **O novo arranjo federativo brasileiro: o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004.** 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.